

ETNOGRAFAR ENCONTROS

Atenção básica à saúde, existências
negras, racismos e as cenas de uso de
crack



Ethnographing encounters: basic health care, black
existences, racism and the scenes of crack use

Anaxsuell Fernando da Silva
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Centro Interdisciplinar de Antropologia | Foz do Iguaçu, Brasil
anaxsuell@gmail.com | ORCID iD: 0000-0001-8830-0064

ARAUJO, Erick. *A vida em cenas de uso de crack*. Rio de
Janeiro: Papeis Selvagens, 2017. 175p.

“[m]amãe, eu sou gente ou bicho?” Carolina Maria de Jesus

*“(...) é sobre como nós tivemos que criar para sobreviver em uma
sociedade hostil”* Max Roach



A *vida em cenas de uso de crack* é, como o próprio autor aponta na introdução do livro, produto de um encontro entre uma equipe de saúde e os usuários do serviço num bairro-favela na cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa ali apresentada foi realizada durante os anos de 2013 e 2015 e acompanhou o Consultório na Rua, dispositivo criado para facilitar o acesso das pessoas em situação de rua aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), dito de outra maneira, o serviço surge com objetivo de superar os impedimentos de acesso de um grupo populacional aos serviços de um sistema orientado, em tese, pelos princípios doutrinários de universalidade de acesso, equidade e integralidade nos serviços e ações de saúde.

Estes encontros a qual estamos nos referindo se davam nas ruas, calçadas e linhas de trem de diversas localidades na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Ao longo do cuidadoso trabalho de campo para elaboração de sua tese de doutorado, Erick Araújo, percebeu que estes encontros também eram entre uma certa droga, o crack, e muitos corpos, incluindo aqueles institucionais. O autor se pôs, portanto, a descrever estes encontros entre corpos socioquímicos, o crack, e um corpo sociobiológico, uma pessoa ou coletivo que faz uso dele; entre um corpo institucional e um corpo minoritário; um corpo estatal e um povo.

Neste sentido, além do Consultório na Rua, emerge no texto uma análise a respeito das ações de outras instituições – a polícia, o serviço social, outros serviços de saúde e o tráfico. As ações que puderam ser observadas durante o trabalho de campo incorporaram relatos da equipe e dos usuários do serviço. Assim, numa perspectiva etnográfica, somos apresentados a uma análise dos funcionamentos institucionais nas chamadas *cracolândias*. E se nos perguntarmos a respeito “da cor daqueles corpos que apareciam como alvo destas instituições?” (p. 19) seremos advertidos por Marcio Goldman já na orelha do livro de que “90% das pessoas em situação de rua pesquisadas são negras!”.

Estes dados não podem ser minimizados, sobretudo se considerarmos as intervenções institucionais as quais, habitualmente, são marcadas pela arbitrariedade e violência. Estas ações empreendidas tanto pela polícia militar, quanto pelas equipes de assistentes sociais têm como alvo pessoas tipificadas como “usuários de drogas”, “dependentes”, “viciados”, “criminosos”, “vagabundos”. Sob estes diversificados significantes há uma característica comum: a pele negra. Os espancamentos ou o recolhimento (ação de direcionamento forçado a abrigos) são modos de agir que sempre culminam nestes corpos negros e, de diversos modos, perpetuam sua condenação à não-existência.

Ainda que o Consultório na Rua possa ser considerado um serviço de saúde inovador devido ao modo como se relaciona com grupos populacionais minorizados socialmente e a despeito da sua busca de se desvencilhar dos modelos interventivos hegemônicos no campo da saúde (centrados na readequação dessas pessoas a uma certa normalidade social), isso não significa que este serviço esteja salvaguardado dos modos de agir formatados pelo racismo e vigentes na sociedade contemporânea.

Como mencionei, as 175 páginas deste livro são resultado da tese de doutorado de Erick Araújo em Bioética e Saúde Coletiva na Universidade Federal Fluminense, defendida em 2016. Esta é uma informação importante especialmente se considerarmos a advertência dada no prefácio do livro “a Universidade, a bioética e mais especificamente as teses de doutorado, se apresentam como uma máquina feita para bloquear o pensamento e ser um campo onde os poderes estabelecidos colhem seus variados frutos” (13). A despeito disso, anuo com a ideia de que o autor foge dos lugares-comuns, dos clichês, do imaginário e das significações dominantes em torno das cenas de uso de uma droga e as relações institucionais intrincadas nestes encontros.

No primeiro capítulo, *Território, agenciamento e dever de uma instituição*, Erick Araújo nos conduz às ruas do bairro-favela carioca e apresenta, por meio de cenas etnográficas, o conjunto de instituições com os quais ele trabalha ao longo do texto, sobretudo o já mencionado Consultório na Rua. Ele aponta as origens deste serviço pactuada através dos dispositivos de participação popular, e, na medida que o faz, o autor identifica os atores sociais que se relacionam com o as equipes de saúde do território e as estratégias de mapeamento para configuração dos atendimentos nos locais das cenas de uso de crack em Mangueiras.

No capítulo seguinte, nomeado de *A droga, a cidade e as outras instituições* o autor explora minuciosamente os relatos do cotidiano dos seus interlocutores para chegar a uma precisa crítica do funcionamento institucional da polícia e, por conseguinte, do processo de desumanização inerente a ação repressiva levada a cabo por estes agentes do estado. Araújo critica os estudos a respeito da violência urbana, os quais muitas vezes atribuem menor importância ao corpo policial enquanto instituição e reforçam análises individuais dos agentes de segurança do estado. No que tange às Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), o autor nos explica como estas atuam como elemento acionador de fluxos migratórios, na medida em que se pulveriza uma grande cena em certa localidade, fazendo com que se constituam outras em diferentes locais ou reabitem-se áreas que foram dispersas anteriormente, estabelecendo assim o que ele chama de ciclo migratório. A permanência dessas novas cenas nestes locais depende do “arrego”, isto é, de valores pagos pelo tráfico à polícia para cobertura de suas ações. Para o autor do trabalho sob apreciação “gera-se uma assimetria a partir da qual a própria ideia de conflito urbano se torna pouco funcional, pois o que parece ocorrer é a detecção das variações da vida na cidade a partir de um modelo de cidade, estável, legítima e que deveria ser protegida” (77).

Em *Existências negras e racismos* Erick Araújo parte de um enunciado do motorista da equipe do Consultório na Rua “sou branco, tenho o olho azul e cabelo liso, posso ter qualquer mulher que quiser” (95) e proporciona uma reflexão límpida de um certo funcionamento do racismo, ancorado em uma hierarquia racial, explicitada numa vertente estética que materializa uma repulsão exógena ao corpo negro. O autor discute como termos corriqueiros, tais como *mulato*, *moreno*, *mestiço* aparecem como mediadores para aproximação da ideia de brancura e do *ethos* associado a ela. E, ao fazê-lo, distancia-se da negritude. Aqui é importante pontuar o argumento de como estas manifestações racistas se constituem uma força reativa “de tração e de repulsão que atravessa instituições impondo certos movimentos de bloqueio à vida por meio dos componentes institucionais” (104). Na mesma direção, outro aspecto relevante deste capítulo se refere a compreensão e problematização de um vetor de ação da desigualdade racial: a guerra às drogas. Esta se expressa como ponto nodal da história das relações e dos conflitos nas periferias, favelas e ruas do Brasil – e, acrescento eu, da América Latina.

O penúltimo capítulo, intitulado *Os princípios de uma clínica na rua e os funcionamentos do crack*, traz mais uma vez um enunciado que funciona como fio condutor da análise empreendida no capítulo: “a gente vai te ajudar, mas você tem que parar de usar drogas” (126). A partir deste ponto o autor do livro nos explica que este modelo interventivo se apresenta como defensor da vida, mas funciona por meio da negação das vidas que dele fogem. Dito de outro modo trata-se de uma luta contra a vida em defesa de um certo modelo de vida abstinente e, portanto, não efetivo para as pessoas que vivem nas ruas e sentem necessidades que escapam às estruturas de cuidado. Ainda neste capítulo, Araújo, nos apresenta três princípios identificados no funcionamento concreto do Consultório na Rua: subtração, passagem e engate. No primeiro, subtrai-se o crack dos diálogos interventivos e das práticas de cuidado no sentido de possibilitar que se

enxergue as vidas nas cenas e todas as suas complexidades; no segundo, por sua vez, busca-se fazer algo passar, isto é, não há passividade no ato da escuta colocado em prática a fim de viabilizar uma passagem entre a rua e o serviço; por fim, o terceiro princípio diz respeito a engatar-se, atrelar o serviço a uma existência e não fazer com que esta gire ao seu redor.

O livro finaliza com *uma certa bioética*, capítulo no qual o autor parece depreender que a existência é o produto do encontro dessa disciplina ou desse “campo de saber-fazer” – a bioética, atualizando e contextualizando autores e discussões clássicas desta área. E apontando que a grande qualidade de uma autora e de um autor seja a potência de variação de suas ideias e de seus conceitos em relação aos problemas que não foram dela ou dele. Deste modo, Erick Araújo conecta sua etnografia com as questões centrais do seu campo de formação.

No encontro com o Consultório na Rua, Erick Araújo efetivamente escutou as pessoas que habitam as cenas de uso de crack e nos brindou com uma perspectiva etnográfica que incorpora na sua escrita os problemas colocados por estas pessoas, seja nas questões relacionadas ao sistema de saúde, às outras instituições (assistência social, polícia, mídia, assim como o tráfico), às drogas e ao racismo. Suas descrições densas do cotidiano articulam a complexidade dos encontros e os desafios de lidar com existências negras de modo a romper com o modelo hegemônico vigente de denegação. Trata-se de um livro que deve ser lido cuidadosamente por antropólogos e por qualquer pessoa que atue ou pense no campo da saúde.

Enviado: 31/05/2021

Aceito: 02/08/2021